

Lab Rom 07

Ives Gandra da Silva Martins

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Titular de Direito Econômico da Faculdade
de Direito da Universidade Mackenzie.

Em face do estilo peculiar do alcaide paulistano em governar a cidade, tem sido, nos últimos tempos, levantado problema concernente à eficiência administrativa que, em seu auto julgamento, considera o prefeito comprovada, não obstante parcela da população dele discorde.

Pessoalmente, entendo que o município tem sido gerido, com eficiência nos resultados e instabilidade nos meios para obtê-los, apesar dos problemas ciclóticos que a cidade gera e as limitações financeiras notáveis que o sistema constitucional oferta às grandes capitais.

Contam os Municípios com dois impostos apenas (ISS e IPTU) e uma não explorada competência em nível de taxas e contribuições de melhoria para equacionar toda a sorte de questões urbanísticas, sociais, econômicas, ecológicas, de tal maneira que as necessidades são sempre consideravelmente maiores do que os recursos.

Acresce-se que permanece o descumprimento constitucional da norma que obriga o concurso para funcionário público, que somente por exceção poderia ser admitido em caso de notória especialidade ou necessidade sem o mesmo. A tradição administrativa da União, Estados e Municípios, todavia, de permitir o ingresso na carreira, sem concurso, conforma uma máquina com excesso de funcionários ineficientes e carência de funcionários eficientes.

.2.

A dupla faceta da máquina ruim, de um lado, e a falta de recursos de outro, no perfil ofertado pela Constituição, torna o governo municipal, não apenas vulnerável, mas incapaz de viver plenamente a tríplice autonomia que a Constituição deveria assegurar, ou seja, política, financeira e administrativa.

Tenho, ultimamente, me colocado o problema de saber se a Federação não representaria um ônus excessivo para o cidadão brasileiro, visto que o Brasil não tem tradição federativa, mas sim uma longa e melancólica experiência no emprego público, com o que a existência de três esferas de governo gera custo adicional a ser pago pelo contribuinte.

A realidade política brasileira, todavia, não permite que se vislumbre um reexame da Federação, razão pela qual mister se faz a presente análise das ineficiências municipais à luz deste oneroso quadro.

O certo é que às metrópoles, que geram a maior parte da receita da União e dos Estados, restam muito poucos recursos para a administração pública e São Paulo, mais do que as outras, sofre agudamente da referida ineficiência.

É neste cenário que entendo serem os resultados da administração Jânio Quadros, cujo estilo nem sempre me agrada, eficiente, com a cidade se transfigurando, principalmente na limpeza das ruas e ordem no tráfego, cartão de visita de qualquer administração.

Não se administra a coisa pública sem seriedade. Esta é mais relevante que a instabilidade emocional e incompatível com a desonestidade. O instável alcaide paulistano é um homem íntegro, razão pela qual, apesar de seus desequilíbrios e ausências, faz uma boa administração.